

FILME *FACES DA VERDADE*: UM DEBATE SOBRE O SIGILO DA FONTE E A ÉTICA JORNALÍSTICA¹

**Francielle Maria Modesto Mendes²
Márcia Parfan da Silva³**

RESUMO

O artigo tem por objetivo discutir o sigilo da fonte e a ética jornalística a partir da análise do filme norte-americano *Faces da verdade* (2008), do diretor Rod Lurie. Focalizando a imagem dos jornalistas no cinema, é possível entender o seu poder de influência na formação da opinião pública e o lugar estratégico que ocupam no contexto das tramas sociais, econômicas e políticas. Por isso, faz-se esta análise para que se possa compreender as relações delicadas que envolvem os jornalistas, suas fontes e os constantes desafios do exercício profissional sob o signo da ética. Como fundamentação, utilizou-se pensamentos de autores como Eugênio Bucci, Rogério Christofolletti, Francisco José Karam, entre outros, que abordam o tema pesquisado.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Sigilo da Fonte; Cinema; Faces da Verdade.

ABSTRACT

The article aims to discuss the confidentiality of the source and journalistic ethics from the analysis of the American film *Nothing but the Truth* (2008), by Rod Lurie. Focusing the image of journalists in film, you can understand their influence in shaping public opinion and strategic position they occupy in the context of social, economic and political plotting. Therefore, it is this analysis so that we can understand the delicate relations involving journalists and their sources and constant challenges of professional practice under the sign of ethics. As reasons, it was used by authors such as Eugênio Bucci, Rogério Christofolletti, Francisco José Karam, and others, that discuss about the same subject.

KEYWORDS: Ethics, Confidentiality of Source; Cinema; Nothing but the Truth.

*Quando o outro entra em cena, nasce a ética.
Umberto Eco*

¹ Área de conhecimento: Narrativas Audiovisuais.

² Professora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre – UFAC. Mestre em Letras pela referida universidade. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Email: franciellemodesto@gmail.com.

³ Estudante do 8º período de Comunicação Social/Jornalismo, na Universidade Federal do Acre – UFAC. Email: marciaparfan@hotmail.com.

O jornalismo é conflito, por isso a ética se faz necessária nos processos comunicativos, é o que afirma Eugênio Bucci (2000). Desiludido com a função social do jornalismo, José Renato Nalini (2001) assevera que “é raro existir ética no jornalismo” (2001, p. 174).

Infelizmente, para alguns estudiosos, falar sobre ética é ecoar uma voz no deserto. Por acreditar na relevância da discussão do tema, faz-se este texto. Para contribuir com o debate desses autores, o presente artigo tem como proposta fazer uma reflexão sobre as relações delicadas que envolvem a ética jornalística, os jornalistas, as suas fontes e os constantes desafios do exercício profissional. Tudo isso à luz do filme *Faces da Verdade* (2008).

A obra, em inglês intitulada *Nothing but the Truth*, é inspirada no caso da jornalista Judith Miller que em 2005 foi condenada a 85 dias de prisão por revelar a identidade da agente da CIA, Valerie Wilson. Na época, Judith trabalhava no jornal *New York Times*. A notícia ganhou repercussão mundial e teve como consequência para jornalista sua demissão e prisão temporária.

Nas reportagens publicadas, a jornalista afirmava que o Iraque tinha armas de destruição em massa, porém, essas informações foram consideradas falsas após uma investigação mais detalhada. As matérias de Judith Miller foram consideradas favoráveis à guerra, por isso ela foi acusada de ser aliada ao George W. Bush, presidente dos Estados Unidos entre os anos de 2001 e 2009, e responsável pelo início do conflito internacional. Os conflitos ignoraram o parecer do diplomata Joseph Wilson, que tinha sido enviado ao Oriente Médio, e negou, em seu relatório, que Saddam Hussein tivesse armas químicas e biológicas.

O relatório do diplomata não foi considerado satisfatório pelo governo norte-americano que vazou as informações de que a esposa dele, Valerie era uma agente da CIA. Judith que havia escrito a matéria foi pressionada pela justiça a revelar o nome de sua fonte, como não o fez, foi presa e, só liberada, após a revelação. O informante dela era Lewis Libby, chefe de gabinete do vice-presidente dos EUA, Dick Cheney.

Diante da repercussão do tema, em 2008, o diretor Rod Lurie adaptou a história para o cinema. Misturando ficção e realidade, ele tornou os 85 dias de detenção vividos pela jornalista Judith Miller em uma condenação de dois anos em regime fechado para a personagem principal, Rachel Armstrong (Kate Beckinsale), uma ambiciosa repórter do jornal fictício *Sun Times*, de Washington.

Rachel é casada com o escritor Ray Armstrong (David Schimmer) e tem um filho de sete anos chamado Timmy (Preston Bailey). A jornalista é mãe voluntária na escola do filho e, por causa disso, consegue descobrir uma informação valiosa: a identidade de uma agente secreta da CIA, Erica Van Doren (Vera Farmiga), que é mãe de Allison (Kristen Bough), uma colega de classe de Timmy.

O presidente norte-americano, Lyman (Scott Williamson), sofre um atentado, que é atribuído aos venezuelanos. Em retaliação, um avião norte-americano ataca bases militares na cidade de Caracas, na Venezuela. De acordo com o relatório da agente federal Erica Van Doren, os venezuelanos nada tinham a ver com a tentativa de assassinato sofrido pelo presidente. Apesar disso, o chefe de estado norte-americano mandou invadir o país.

O caso ganha destaque e a jornalista do *Sun Times* resolve investigar o atentado. Durante o trabalho investigativo, a jornalista descobre que Erica é uma agente infiltrada e autora de um relatório, que negava o envolvimento do país sul-americano no episódio com o presidente dos Estados Unidos.

Quando a jornalista Rachel apresenta suas investigações na reunião de pauta do jornal, ela informa à editora que está ajustando os últimos detalhes para a publicação da matéria. Todos do jornal acreditam no potencial da reportagem a ser publicada, dizem que ela será o novo Watergate⁴ e que com certeza a história garantiria o prêmio Pulitzer para Rachel.

O grande problema é que nos Estados Unidos, revelar a identidade de um agente secreto é crime de traição, é questão de segurança nacional, e o informante da repórter é considerado uma ameaça ao país. Por causa disso, logo após a publicação da matéria é desencadeada uma série de problemas, não só para Rachel e o jornal *Sun Times*, mas também para a agente federal que precisa provar não estar envolvida na divulgação do fato.

Tem-se, a partir daí, a intervenção do estado para descobrir quem foi a fonte de Rachel. Ela é pressionada a revelar seu informante ou será presa por trair seu país. No filme, é convocado um procurador especial, Patton Dubois (Matt Dillon) que leva a jornalista a júri para que ela revele a identidade de sua fonte.

⁴ O Caso Watergate diz respeito à denúncia feita pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein de que a Casa Branca havia dado ordens para invadir a sede do Partido Democrata por motivo de espionagem. A denúncia causou a renúncia do presidente Republicano, o norte-americano Richard Nixon. A fonte dos jornalistas era William Mark Felt, agente federal, que não foi nomeado diretor do FBI, mesmo sendo o número 2, quando da morte do titular (CHRISTOFOLETTI, 2008).

Rachel é enviada a prisão logo após a primeira apresentação ao grande júri, mas o governo não está satisfeito. Os líderes norte-americanos acreditavam que ela poderia ceder à pressão, se ficasse presa, e confessar o nome de sua fonte. Tanto a jornalista quanto a agente federal sofrem pressões do governo americano sobre o caso.

A agente secreta já estava sendo investigada por seu relatório favorável a Venezuela e pela publicação do artigo que seu marido diplomata, Oscar Van Doren, havia feito especulando a participação do governo no ataque a Caracas. Além de tudo isso, a situação se complicou quando a CIA a acusou de revelar sua identidade à jornalista do *Sun Times*. Erica Van Doren teve sua credibilidade e caráter questionados. Ela e todos que sabiam de sua identidade foram obrigados a passar pelo polígrafo. Nada foi descoberto após o exame na máquina.

Após 111 dias detida, Rachel recebe um bilhete de sua editora em que fica sabendo que está indicada ao Pulitzer, um dos prêmios mais importantes do jornalismo mundial. A indicação é recebida com entusiasmo, porém a repórter não ganha o prêmio. Enquanto isso, Erica continua sofrendo com as denúncias.

Depois de sete meses da publicação da matéria, a agente pede desligamento da segurança federal e, logo depois, é assassinada em frente à sua casa. O assassino pertencia a um grupo de direita fanático, que entendeu a conduta de Erica como antipatriota. Pela primeira vez no filme, após saber da morte da ex-agente federal, Rachel questiona sua decisão.

Em seguida, ao recebimento da notícia, a jornalista é levada para um encontro com o promotor especial, que mostra uma lista de assinaturas de todos os agentes da CIA. O documento é uma espécie de permissão para revelar o nome da fonte, caso a assinatura esteja lá.

Rachel se recusa a olhar a lista, afirmando que os agentes foram coagidos a assinar o termo. Com as assinaturas, o advogado Alan Burnside (Alan Alda) pensa não ser mais problema e nem perda de credibilidade revelar o nome do informante. Ele tenta convencê-la, mas não consegue.

Posteriormente, um dos agentes da CIA decidiu depor ao grande júri e revelar que tinha passado informações à jornalista. Na época da matéria, ele era chefe de gabinete do vice-presidente dos EUA. O agente Stan revelou ter passado as informações a Rachel. Contudo, durante o julgamento, ele disse que apenas confirmou a informação

a repórter. O juiz entendeu, então, que Rachel já sabia da verdadeira identidade de Erica e que Stan não foi sua fonte primária⁵. A situação não mudou e ela continuou presa.

Rachel tem uma briga com outra presidiária e é espancada. Depois disso, Burnside dela tenta recorrer novamente à decisão e consegue uma audiência com uma corte especial. Durante o novo julgamento, o advogado se esforça para convencer a corte de que Rachel poderia ter cedido ao governo, mas ela perderia sua credibilidade como jornalista, o que traria insegurança para o relacionamento com as fontes, que se recusariam a dar informações não só para ela, mas também para outros jornalistas.

A estratégia do advogado era convencer o juiz sobre a importância da credibilidade, aquilo que Eugênio Bucci afirma ser “o bem mais precioso na vida de um jornalista” (BUCCI, 2000, p. 47). O advogado destaca que o tipo de matéria que Rachel escreveu é importante para que se haja um controle não somente do povo, mas das funções do governo sobre o que é certo e errado.

Mesmo com o discurso do advogado de Rachel, a corte decide não soltá-la com quatro votos contra. Apesar disso, o juiz diz que tem experiência nesses casos e acredita que a jornalista não revelará sua fonte, ele afirma que a moça já está em detenção há quase um ano, foi espancada, está longe do filho e, ainda assim, não cedeu à pressão do governo. Para o juiz, ela já poderia ser libertada.

Apesar da decisão favorável, Rachel não consegue deixar a prisão por muito tempo. Ao sair na companhia de sua editora, Bonnie Benjamin (Angela Bassett), ela é interceptada no meio do caminho pelo promotor Dubois. Na abordagem, o representante da justiça acusa Rachel de esconder informação da corte.

Nesse novo momento, o promotor de justiça faz uma nova oferta: uma prisão de dois anos ou um júri em que ela pode ser acusada não somente de não revelar a fonte, mas também pode ser responsabilizada pela morte da agente Erica Van Doren. Rachel decide aceitar a proposta, desde que ela possa reencontrar o filho para uma última conversa antes da condenação.

Logo depois da prisão, o marido de Rachel vai visitá-la e leva Timmy para ver a mãe, a jornalista diz que acha injusto submeter o filho aquele lugar e pede para o marido não levar mais a criança para vê-la. Esse é só um dos conflitos familiares que a protagonista viveu enquanto estava encarcerada.

⁵ Fonte primária é aquela que “fornece diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação. Geralmente revela dados “em primeira mão”, que podem ser confrontados com depoimentos de fontes secundárias” (SCHMITZ, 2011, p. 24).

O marido não entendia a razão pela qual a esposa não cedia às pressões do governo norte-americano. Na interpretação do esposo, a jornalista optou por proteger sua fonte a ficar com a família. Depois de sete meses presa, o advogado Burnside leva a notícia para Rachel que o marido dela, Ray Armstrong, tinha uma amante.

No encontro concedido pela justiça, Timmy trata a mãe de maneira ríspida. Apesar da insistência dela em manter a conversa, o garoto parece não se importar, diz que tem que ir embora e que está muito ocupado, por isso ele pode não voltar a visitá-la. Timmy está acompanhado do pai que não fala com a ex-esposa.

Ao final do filme, o público descobre quem é a verdadeira fonte de Rachel. Ela é Allison Van Doren, a filha de Erica. A menina revela a jornalista, de maneira inocente, que a mãe estava na Venezuela trabalhando para o governo e que seu pai escrevia artigos para o jornal comentando sobre as descobertas que a mãe havia feito. Obviamente, a criança não sabia direito a importância da informação que estava dando a Rachel. Porém, pede que a jornalista não conte a ninguém sobre o que revelou.

Baseada nos fatos contados pela criança, a jornalista fez sua grande reportagem. Ela consultou outra fonte, mas teve como fonte primária a filha da agente federal. No começo do filme, é possível ver Rachel como uma jornalista ambiciosa que descobre uma informação importante e não pensa duas vezes antes de usá-la com a pretensão de fazer história no jornalismo mundial. Antes da publicação, nas palavras da jornalista, a reportagem valia cada centavo que ela não ganhava.

A ética e o sigilo da fonte

Focalizando a imagem dos jornalistas no cinema, é possível entender o seu poder de influência na formação da opinião pública e o lugar estratégico que ocupam no contexto das tramas sociais, econômicas e políticas. No caso do filme *Faces da Verdade*, o que está em destaque na narrativa é o sigilo da fonte e os princípios éticos que caracterizam a profissão.

Fica evidente no início da obra que Rachel Armstrong tinha interesse em receber reconhecimento pela divulgação da sua reportagem e desejava ganhar o maior prêmio do jornalismo mundial – o Pulitzer. A ação de Rachel comprova o pensamento incrédulo de Nalini (2001) que diz ser a civilização atual aquela que “prega o sucesso a qualquer custo” (2001, p. 174). Para o autor, “o homem perde a capacidade de

indignação e se acostuma com a infração ética. Ela parece-lhe menor, diante de outras faltas” (2001, p. 174).

Em busca do reconhecimento profissional rápido, a jovem jornalista conhece profundamente o conflito existente nos processos comunicativos. O agravante da história é que a ambição da jornalista foi compartilhada pelos editores do jornal, que também visavam o aumento da venda do diário e o destaque frente aos demais veículos de comunicação. Apesar dos interesses comerciais dos editores, eles se mantiveram apoiando Rachel enquanto ela estava presa. Mesmo condenados a pagar altas multas pela não revelação da fonte, o *Sun Times* custeou os advogados e continuou acompanhando a discussão jornalisticamente, mesmo quando os demais jornais não abordavam mais o assunto.

A propósito, a falta de interesse dos meios de comunicação pode ser considerada como um agravante do caso. Sem que eles falassem sobre o assunto, o governo não se sentia pressionado e se mantinha em silêncio. Os assessores da presidência afirmavam apenas que a Casa Branca não fornecia declaração sobre questões de segurança.

Provavelmente, se a imprensa tivesse cobrado respostas do governo ao ataque à Venezuela, o assunto se manteria na agenda de interesses do grande público e o presidente Lyman poderia ter sofrido cobrança da opinião pública. Isso mudaria o debate. O foco passaria a ser a decisão precipitada e errônea do presidente e não a revelação da identidade da agente federal. Dessa forma, o sigilo da fonte poderia ter sido respeitado sem que Rachel permanecesse muito tempo na prisão.

Em uma passagem do filme, o advogado Burnside fala à Rachel que ninguém mais está escrevendo sobre o caso, porque as primeiras 48 horas da divulgação da matéria já haviam passado. Logo, o caso não era mais notícia, não despertava mais o interesse dos meios de comunicação.

A fala do advogado ressalta a instantaneidade e a transitoriedade da circulação de informações e o quanto o jornalismo trabalha com a emergência do novo em períodos relativamente curtos. Toda a discussão gerada nos primeiros dias já havia sido esquecida pelos leitores do jornal.

Na narrativa fílmica, é possível afirmar que a busca por uma premiação fez com que a jornalista não analisasse as consequências de sua decisão. A “cláusula da

consciência”⁶ da jornalista optou pela publicação dos fatos. Mesmo assim, em determinado momento, Armstrong afirma que se arrepende de ter publicado a reportagem porque a prisão a separou do filho.

Nesse aspecto, o pensamento aqui defendido contraria o de Max Weber quando ele diz: “a responsabilidade pelas conseqüências não cabe a mim, mas a quem eu presto os serviços” (WEBER, 2004, p. 122). Entende-se, neste contexto, que não são as empresas de comunicação as únicas a se responsabilizarem pelo que foi publicado, mas é igualitária a responsabilidade do jornalista, uma vez que ele, em muitos veículos, escolhe a pauta, apura os fatos, seleciona as fontes e, sobretudo, escreve o que será publicado.

Como afirma Luiz Costa Pereira Junior (2010), o produtor da informação nunca é único:

No ciclo de produção da notícia, atuam sujeitos, veículo, convenções da rotina profissional e interesses corporativos. Há hierarquias, filtros, barganhas, hábitos incorporados, improvisos forçados pela pressão do fechamento, interstícios da organização, que tornam a transformação resultado de uma manufatura, uma manipulação em cadeia nem sempre condicionada por apenas um agente produtivo (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 14).

É sabido que veículos de comunicação têm interesses particulares, que não os jornalísticos, por isso mesmo devem ser responsabilizados pelo que publicam. Eugênio Bucci (2000) afirma que quando os interesses jornalísticos não são prioridades, alguns princípios éticos, infelizmente, podem ser rompidos por equívocos: “o jornalismo não age para obter resultados que não sejam o de bem informar o público; ele não tem autorização ética para perseguir outros fins que não este” (BUCCI, 2000, p. 24).

No caso de Rachel, evidencia-se o excesso de preocupação com os interesses pessoais e a gravidade da denúncia sendo colocada em segundo plano. Segundo Karam (1997), é necessário que o jornalista reflita sobre os conflitos sociais e os fatos do mundo porque tudo isso também o atinge.

Apesar da escolha da fonte ser questionável, a jornalista manteve o sigilo do nome da informante, preservando, assim, a confidencialidade jornalística. Todavia, vale

⁶ Segundo José Karam, o termo significa “tanto proteger a informação quanto escondê-la, com base no julgamento subjetivo submetido à exclusividade da consciência pessoal. Ao mesmo tempo, a consciência pessoal, resultado da carga social moral refletida também na consciência do jornalista, pode variar de acordo com o tempo, o lugar, o momento, a circunstância” (KARAM, 1997, p. 97).

o questionamento: ela preservou a fonte ou preservou a si mesma quando não confessou ter usado informações fornecidas por uma criança? Será que admitir quem era a fonte não pioraria sua situação e ainda tiraria a credibilidade da reportagem e de todo o trabalho investigativo realizado após o relato de Allison?

A corte poderia condená-la não só por ter divulgado informações de segurança nacional, mas também por ter feito uso dos relatos de uma menina de sete anos. O fato é que a repórter do *Sun Times* não levou em consideração a vulnerabilidade da fonte quando conseguiu informação sigilosa com uma criança. Geralmente, fontes querem ver suas informações publicadas. Mas, no caso de Allison, ela não queria que ninguém soubesse o que havia contado e não tinha a menor compreensão da gravidade do que revelou a Rachel, durante um passeio da escola. Para menina, a senhora Armstrong era apenas uma mãe que fazia trabalho voluntário com ela e seus colegas de classe.

A declaração de Allison não pode ser considerada nem um *off*⁷. Para o autor Aldo Antonio Schmitz (2011), o informante, mesmo em *off*, tem que estar investido do estatuto de fonte, configurado por uma relação contínua de confiança com o repórter. Só assim suas falas podem ser transformadas em notícia. Baseado no pensamento do autor, pode-se aferir, portanto, que Allison não era uma fonte, pois não tinha consciência disso.

Rachel rompeu o código de ética jornalístico quando deixou seus interesses pessoais – concorrer ao Pulitzer com um grande furo de reportagem – predominarem aos interesses coletivos. A jornalista deveria ter analisado os empecilhos que causaria a vida profissional e pessoal de Erica Van Doren, bem como a sua própria vida. Havia o risco de prisão da jornalista e do processo ao jornal, o que deveria ter sido avaliado também pelos editores do *Sun Times*.

Outro ponto ignorado pelos responsáveis do jornal foi o fato de que Rachel não quis confidenciar nem a eles quem era sua fonte. Ela não teria obrigatoriedade de fazer isso, caso a fonte fosse adulta. Mas nesta situação, um debate com seus editores sobre a especificidade da fonte primária, poderia ter evitado maiores transtornos.

O pesquisador Rogério Christofolletti (2008) afirma que a ética possui uma dupla-face: individual e social. No caso, Rachel trabalhou apenas com sua ética individual. Em outras palavras, ela se baseou apenas no que acreditava, sem levar em

⁷ *Off the Record* é uma expressão em inglês que significa sem gravação ou registro. A fonte que fala em *off* faz revelações sem ser identificada, ela tem, portanto, sua identidade mantida em anonimato.

consideração o pensamento dos outros e as conseqüências que a sua denúncia acarretaria aos envolvidos. “O profissional tem de levar em conta que toda escolha provoca conseqüências, e, por isso, quem decide deve responder por sua opção. (...) Poder implica responsabilidade” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 17).

Os dilemas éticos fazem parte do trabalho jornalístico. Sabe-se que a decisão do jornalista é árdua e que nem sempre os interesses coletivos serão predominantes, há também interesses editoriais e comerciais. E, nesse caso, os dois últimos foram preponderantes para publicação.

No filme, a personagem Rachel viveu um desses grandes dilemas do trabalho com a notícia. Ela precisava optar entre os interesses pessoais de fazer uma grande reportagem; ou os interesses do público, a liberdade de imprensa e a independência editorial. Outros aspectos a serem considerados seriam: os interesses do presidente dos Estados Unidos, além da preservação da vida e da identidade secreta de Erica Van Doren.

A referida atitude comprova o pensamento de Patrick Lee Plaisance (2011), quando ele diz “muitos jornalistas não conseguem levar em consideração totalmente o dano potencial causado pela atividade que realizam, bem como as oportunidades e os deveres de minimizá-lo” (PLAISANCE, 2011, p. 19). Realmente, os danos não foram calculados.

A decisão de publicar as informações sobre o relatório da agente federal e o ataque norte-americano à Venezuela mudou completamente a vida da jornalista. Presa, sem ganhar o Pulitzer, longe de seu filho, traída pelo marido e pressionada pelo governo, Rachel só repensou sua decisão após saber da morte da ‘personagem principal’ de sua matéria.

Alguém foi beneficiado pela publicação da reportagem? O ataque norte-americano já havia sido concretizado, o governo não voltou atrás as suas decisões, sequer se pronunciou sobre o assunto, e nem retirou da Venezuela a culpa pelo atentado ao presidente.

As denúncias não foram confirmadas, pois a agente jamais admitiu publicamente ter escrito o relatório. Mesmo sendo desligada da CIA e sofrendo com as desconfianças de seus superiores, Erica Van Doren não se defendeu publicamente e também não forneceu declarações à imprensa.

Sabe-se que noticiar é antes de tudo selecionar informação, sabe-se também que a publicação de um texto pode trazer ganhos e perdas. Neste caso, todos perderam: Erica pediu demissão, teve que morar longe da filha, por questões de segurança, até ser assassinada. Rachel foi condenada a dois anos de prisão, perdeu a guarda do filho e se separou do marido.

Considerações Finais

O jornalismo não é somente a narrativa do belo e do fácil, é a narrativa da vida e de todas as suas complexidades. As inquietações e dilemas vividos por Rachel Armstrong refletem bem as nuances do que é ser um jornalista e contribuem para o debate sobre ética, escolha e sigilo das fontes.

Os questionamentos éticos acerca da profissão se tornam mais intensos em circunstâncias delicadas como a que envolve a jornalista do filme *Faces da Verdade*. A narrativa fílmica, neste caso, ajuda a compreender o valor da verdade e a responsabilidade sobre as conseqüências do que será publicado por um repórter. Cabe aos jornalistas, estarem cientes de que suas palavras podem modificar não somente a vida dos sujeitos narrados, mas, também, a vida dos narradores.

O filme do diretor Rod Lurie explicita também que a ética não se esgota numa tábua de mandamentos, como bem afirma Eugenio Bucci (2000), deixando claro quão difíceis são as escolhas e decisões diárias sobre o que deve ou não ser publicado por um profissional da comunicação. Contudo, no afã de fazer revelações de impacto, a mídia atropela alguns limites, em nome de um suposto interesse público, que ela mesma estabelece.

No filme, a preservação da fonte seguiu princípios básicos do jornalismo. Mas a escolha da fonte pode ser facilmente questionada. Mesmo que a responsabilidade do jornalista seja a constante busca pela informação, pela notícia, há limites éticos que precisam ser respeitados, como no caso da criança que confessou informações sigilosas sem saber exatamente a gravidade de seus relatos.

Por situações como esta, há uma constante tensão entre a mídia e a sociedade. De um lado, dizem os códigos de ética que a mídia não pode ser reprimida ou censurada. Do outro lado, o cidadão tem direito à privacidade, à intimidade e à

dignidade humana. E no centro do debate, os jornalistas querem a informação rápida, o furo de reportagem e o reconhecimento profissional, perdendo, portanto, em muitos casos, a capacidade de avaliar o que é ético. Baseado nisso, é possível afirmar que é direito de o sujeito livre publicar o que pensa, entretanto ninguém está livre de sofrer as conseqüências de suas publicações.

Apesar desse exemplo ficcional de ausência de ética, não se pode generalizar. “Há uma grande quantidade de trabalhos honestos e inspiradores na mídia”, como afirma Plaisance (2011, p.19). E são esses trabalhos que contradizem as atitudes céticas de tantos estudiosos do assunto, mantendo a relevância e seriedade do trabalho jornalístico.

Referências

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

FACES DA VERDADE. Direção e produção Rod Lurie. Imagens filmes, 2008. DVD (108 min).

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A Apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na Comunicação: princípios para uma prática responsável**. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Penso, 2011.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2004.